

Salários dos profissionais da saúde: discrepância e injustiça

Lérida Vieira,
Diretora Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia (lerida@cff.org.br).

Soa extravagante - e, sob certos aspectos, acintosa - para nós, desvalorizados profissionais da saúde, a busca voraz dos parlamentares federais pelo aumento dos seus próprios salários. Os Deputados que, em dezembro último, já tinham elevado os seus vencimentos em 62%, partiram para equipará-los aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 26.723,13, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 5/11.

Fica a pergunta: por que os parlamentares federais, do alto de suas sensibilidades para a defesa de causas próprias, não tem a mesma disposição para propor aumentos salariais para os profissionais da saúde pública e da educação, esses aliados da população que dão o sangue em sua lida estressante e depreciada?

Como farmacêutica, gostaria de levar o meu brado contra o aviltamento a que são submetidas as carreiras de minha categoria profissional. Não sabem os senhores deputados e senadores quão penoso é o dia-a-dia de um farmacêutico do serviço público.

Pesam-lhe sobre os ombros sacrifícios e responsabilidades, como a de realizar o mapeamento das doenças mais prevalentes para, a partir daí, alinhar o perfil epidemiológico do lugar. Com os dados levantados, o farmacêutico propõe

a compra dos medicamentos que possam tratar as doenças predominantes. Isso significa economia para os cofres públicos.

Em tempo: pelo menos, deveria ser assim, mas, infelizmente, muitas vezes, o medicamento está nas mãos de gestores inescrupulosos que fazem do produto uma moeda política. Ele dá o medicamento (sem critérios) em troca de voto ou de favores. É bem verdade que essa prática arcaica e cruel diminuiu, expressivamente.

Voltando aos serviços dos farmacêuticos, cabe, ainda, a estes profissionais cuidar do armazenamento (esta etapa é cercada de cuidados técnicos, pois o medicamento é sensível ao calor, à luz e à umidade) dos medicamentos.

Por fim, é o farmacêutico, a autoridade em medicamento, o responsável por dispensar o produto ao paciente, orientando-o sobre como usá-lo, corretamente. Só a orientação farmacêutica pode impedir problemas relacionados ao medicamento, como os efeitos colaterais, as interações, as intoxicações.

A orientação farmacêutica é imprescindível, pois é ela que leva o paciente a aderir ao tratamento, acabando com desperdícios, recidivas da doença e hospitalizações evitáveis. E mais: a orientação prestada pelo farmacêutico é, dentro da engrenagem envolvendo o me-



Lérida Vieira, Diretora Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia

“Pois bem, o farmacêutico, este profissional tão importante no contexto da saúde pública do País que se arvora a ser uma das maiores economias do mundo, não tem a devida valorização”

(Lérida Vieira, Diretora Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia).

dicamento, a peça capaz de promover o seu uso racional, livrando o usuário de problemas, como a resistência microbiana.

Nos laboratórios de análises clínicas, o farmacêutico é igualmente um profissional imprescindível à saúde. A medicina moderna de hoje não apresentaria a alta performance nos diagnósticos, se não contasse com o auxílio dos exames laboratoriais realizados pelos analistas clínicos para confirmá-los.

Os exames de laboratório é que levam a medicina a apresentar a exatidão nos diagnósticos de doenças e a segurança aos pacientes. Doenças que vão da verminose ao câncer, da hemocromatose à Aids, da anemia à hepatite, tem os diagnósticos elucidados, graças aos exames realizados pelos farmacêuticos.

Pois bem, o farmacêutico, este profissional tão importante no contexto da saúde pública do País que se arvora a ser uma das maiores economias do mundo não tem a devida valorização. O SUS (Sistema Único de Saúde) remunera, de forma aviltante, os exames realizados pelos laboratórios credenciados ou conveniados.

Por outro lado, os salários pagos aos farmacêuticos funcionários do próprio Sistema é indigno. Hoje, vão de R\$ 2,5 mil a R\$ 3,5 mil para os farmacêuticos, tanto os que atuam nas farmácias quanto nos laboratórios de análises clínicas.

Tramita, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei (número 5.359/2009) do Deputado Federal Mauro Nazif (PSB-RO) que unifica nacionalmente o piso dos farma-

cêuticos para dez salários mínimos. Os profissionais precisam de muita união para sensibilizar os senhores parlamentares – os mesmos que aumentaram os seus próprios salários – para que aprovelem o Projeto de Lei.

A questão da discrepância salarial, no Brasil, é gritante. E vem do mesmo Senado notícias, no mínimo, intrigantes de um tal plano de carreiras para servidores, já em andamento, naquela Casa. O plano elevará os salários dos ascensoristas e motoristas (funções de nível fundamental) para R\$ 17 mil com as gratificações.

Caro leitor, o que justifica que um motorista ganhe quase dez vezes mais que um farmacêutico altamente qualificado, muitos com especialização ou pós-graduação *lato sensu* e até mestrado e doutorado, e que entrou para o serviço público por concurso?

Há uma Proposta de Emenda Constitucional (a PEC 5/11) que estabelece que o Presidente e o Vice-Presidente da República, os ministros de Estado, os senadores e os deputados federais tenham salários idênticos aos dos ministros do STF, que servem como teto para o funcionalismo público. É justo que busquem a isonomia salarial. O argumento a medida trará “harmonia” entre os três Poderes.

Eu pergunto: e não é justo que farmacêuticos, enfermeiros, médicos, dentistas, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde pública sejam remunerados com mais justiça? Uma maior remuneração não levará, também, à harmonia? Pela saúde.